

DOI: <https://doi.org/10.23925/2358-4122.64397>

## Educação Financeira no Paraná: Identificação e Análise dos Princípios e Componentes Curriculares

*Financial Education in Paraná: Identification and Analysis of Curricular Principles and Components*

Jessica Theresa Vitorino Nadur Miotti<sup>1</sup>  
Maria Ligia Ganacim Granado Rodrigues Elias<sup>2</sup>  
Marcos Aurélio Brambilla<sup>3</sup>

### RESUMO

A Educação Financeira tem se tornado uma área de conhecimento relevante no mundo contemporâneo, uma vez que busca capacitar os indivíduos para a tomada de decisões financeiras responsáveis e embasadas em informações confiáveis. No estado do Paraná, desde 2021, a disciplina de Educação Financeira foi implementada nas três séries do Ensino Médio. Assim, este artigo tem como objetivo identificar e analisar os princípios e componentes presentes nos documentos estaduais que estruturam o currículo de Educação Financeira na Educação Básica paranaense com o intuito de compreender os elementos curriculares e os documentos que delineiam a Educação Financeira. Com isso, torna-se possível contextualizar o conteúdo e os objetivos da disciplina. Metodologicamente, o estudo realiza uma análise documental da legislação e das diretrizes da Secretaria Estadual de Educação (SEED) do Paraná. Os resultados sistematizam as informações sobre o currículo paranaense e apontam que, embora o conteúdo oferecido possa contribuir para a melhoria das condições de vida em uma esfera individual, como a compreensão do funcionamento do sistema bancário para evitar o endividamento, essa disciplina também pode, inadvertidamente, reforçar a eficiência e a funcionalidade dos indivíduos dentro desse sistema sem, contudo, promover uma cidadania reivindicativa de direitos e a busca coletiva para a construção de uma estrutura social mais justa e equitativa.

**Palavras-chave:** Educação Financeira; Ensino Médio; Currículo Paranaense; Legislação Educacional; Análise Documental.

### ABSTRACT

Financial Education has become a relevant area of knowledge in the contemporary world, as it aims to empower individuals for responsible and informed financial decision-making. In the state of Paraná, since 2021, the Financial Education discipline has been implemented in all three grades of High School. Thus, this article aims to identify and analyze the principles and components present in state documents that structure the Financial Education curriculum in Paraná's Basic Education, with the intention of understanding the curricular elements and documents outlining Financial Education. This makes it possible to contextualize the content and objectives of the discipline. Methodologically, the study conducts a documentary analysis of the legislation and guidelines of the State Department of Education (SEED) of Paraná. The results systematize information about the Paraná curriculum and indicate that, while the content offered may contribute to improving individual living conditions, such as understanding the functioning of the banking system to avoid indebtedness, this discipline can also inadvertently reinforce the efficiency and functionality of individuals within that system without, however, promoting a rights-claiming citizenship and collective pursuit for the construction of a more just and equitable social structure.

**Keywords:** Financial Education; High School; Paraná Curriculum; Educational Legislation; Document Analysis.

### 1 Introdução

Neste artigo, buscamos analisar os componentes curriculares relacionados à educação financeira no sistema educacional do Paraná. Reconhecemos a importância de compreender os elementos curriculares e os documentos que delineiam a educação financeira para contextualizar seu conteúdo e avaliar sua eficácia. Assim sendo, o objetivo central deste estudo é identificar e analisar os princípios e componentes presentes nos documentos estaduais que estruturam o currículo de educação financeira na Educação Básica do Paraná. Com isso, mos contribuir para um entendimento sobre a elaboração e a implementação desse currículo pelos professores, seguindo as diretrizes da Secretaria Estadual de Educação (SEED).

A educação financeira é uma área de conhecimento que tem se tornado relevante no mundo contemporâneo. Ela tem como intuito a capacitação dos indivíduos para que consigam tomar decisões financeiras responsáveis e, principalmente, para que sejam decisões baseadas em informações confiáveis. Em 2021, antes mesmo da implementação do NEM (Novo Ensino Médio), o estado do Paraná implementou a oferta da disciplina de educação financeira na Educação Básica. Dentre os estados que compõem a Região Sul, o Paraná firmou um projeto piloto, ainda em 2020, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte e o Banco Central, que incluiu essa disciplina no currículo do Ensino Fundamental da rede estadual (Zat, 2022). O projeto foi possível com o auxílio do Programa Aprender Valor, coordenado pela autarquia federal, que tem como objetivo promover noções de educação financeira em escolas de todo o país (Paraná, 2019).

A educação financeira nas escolas do estado do Paraná foi disposta na Matriz Curricular do Ensino Médio por meio da Instrução Normativa Conjunta nº 11, de 16 de dezembro de 2020, caracterizando-se como parte diversificada pela BNCC (Paraná, 2020). Com isso, tal disciplina curricular passou a fazer parte do contexto educacional paranaense de âmbito fundamental desde então, mas, com o estabelecimento do Novo Ensino Médio, a SEED precisou organizar a ampliação da carga horária para duas aulas semanais nas primeiras séries do Ensino Médio, e assim gradativamente para os próximos anos (Paraná, 2021).

Assim, desde 2021 foi implantada uma aula semanal de educação financeira nas três séries do Ensino Médio. De acordo com o Ofício Circular nº 015/2021, o principal propósito do componente é o de promover e fomentar a cultura da educação financeira no Paraná, ampliando a compreensão dos estudantes quanto à administração consciente de seus recursos financeiros, assim contribuindo para a sociedade (Paraná, 2021).

A partir de 2022, com a implementação do NEM, o quantitativo inicial de uma aula

semanal dobrou. Outra mudança que veio com o NEM é a de que, durante os dois primeiros anos do projeto piloto da disciplina, ela era atrelada à disciplina de matemática, mas agora possui um componente curricular próprio.

O Novo Ensino Médio (NEM) tem sido objeto de controvérsias e debates no âmbito educacional. Autores como Cassio e Goulart (2022) apontam para o fato de que a reforma retirou conteúdos importantes e incluiu outros sem de fato oferecer uma qualificação profissional adequada, o que tornou o discente de escolas públicas ainda mais vulnerável em sua formação. Nesse contexto, as escolas têm tido que adequar a sua oferta de disciplinas e conteúdo, e, para isso, têm retirado ou diminuído a carga horária de determinados conteúdos para a inclusão de novas exigências. A esse respeito, Silva e Boutin (2018) alertam para que a implementação do Novo Ensino Médio não ocorra de maneira desconectada com uma educação emancipadora do indivíduo, focando apenas em atender às demandas do mercado por cidadãos educados em seus moldes de trabalho.

Sem perder de vista essas importantes discussões em torno do NEM, o presente estudo, no entanto, não possui tal debate como tópico de estudo. Neste escopo de abordagem buscamos compreender como a educação financeira pode ser definida enquanto componente que pode contribuir com a educação no estado. Quanto a isso, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005) define a educação financeira como o processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os produtos financeiros, bem como sobre seus conceitos e riscos. Assim, com informações e recomendações pautadas por meio da ciência e da educação, esse novo componente curricular paranaense pode desenvolver a confiança necessária para tomar decisões seguras, podendo melhorar, dessa forma, o bem-estar financeiro.

O Banco Central do Brasil (BCB, 2018) define a educação financeira como sendo o processo mediante o qual consumidores e investidores financeiros melhoram a sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de instrução, desenvolvem as habilidades e a confiança necessárias para se tornarem mais cientes dos riscos e oportunidades financeiras, a fim de realizarem escolhas baseadas em informações. Desse modo, poderão saber onde procurar ajuda e/ou poderão realizar outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar financeiro. Similar à definição da OCDE, o BCB (2018) (ou Bacen) comprehende a educação financeira baseada na definição do órgão internacional a partir da crise financeira mundial de 2008 – ano em que a preocupação com essa temática se tornou importante e mais recorrente.

Segundo Savoia *et al.* (2007), a educação financeira também pode ser definida como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos

indivíduos e que os tornam mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro. Por sua vez, Criddle (2006) afirma que a educação financeira compreende o aprendizado e a habilidade de escolher, entre as inúmeras alternativas, a melhor para se alcançar os objetivos financeiros.

Ao falarmos sobre a educação financeira nas escolas, podem surgir questionamentos de como surgiu essa necessidade, ou de onde veio a ideia de implementação dessa disciplina no currículo dos estudantes. A OCDE, por meio de um de seus grupos de trabalho, incluiu um projeto intitulado *Financial Education Project*, que deveria ser desenvolvido por dois de seus Comitês: a Comissão de Mercados Financeiros e de Seguros e a Comissão de Pensões Privadas. O projeto nasceu, segundo consta nos documentos da organização, do interesse dos países membros em educar financeiramente seus cidadãos.

Em síntese, a OCDE realizou uma primeira etapa deste programa, por meio de uma pesquisa quanto aos programas de desenvolvimento de competências em educação financeira, nos países membros da Organização. Após isso, alguns relatórios foram publicados, de modo a explicitar o conhecimento das pessoas quanto às formas de fazer o gerenciamento de seu dinheiro, ou, ainda, quanto à importância de se realizar uma poupança ou reserva. De acordo com essa perspectiva, Silva e Powell (2005) defendem que sejam tomadas medidas que fomentem nos cidadãos, desde cedo, uma mentalidade de gerenciamento de suas finanças, e que seja gerada uma competência quanto aos conceitos-base de finanças e às formas de fazer o gerenciamento. É nesse ponto que entra a educação financeira como disciplina de componente curricular para a Educação Básica.

Cordeiro *et al.* (2018) entendem a educação financeira como um processo de aprendizagem que está ligado às finanças pessoais, no qual a sociedade passa a ter a oportunidade de adquirir uma visão crítica sobre o uso do dinheiro. A Constituição brasileira de 1988 vincula a educação ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao seu preparo para o exercício da cidadania. Logo, conforme os autores supracitados, a educação financeira se vincula ao propósito educacional porque contribui com a participação cidadã ao buscar viabilizar o entendimento da sociedade não só sobre as finanças pessoais, como também sobre o contexto das finanças nacionais.

Dito isso, entender os componentes curriculares e os documentos entorno da educação financeira é um passo importante para que ela seja contextualizada na educação paranaense, como também para que seu conteúdo seja verificado em termos de aplicação e eficácia no chão da escola. Para tanto, foi realizado um levamento documental direcionado aos principais

componentes da disciplina na matriz curricular apresentada pela SEED do estado, por meio dos *sites* próprios da Secretaria.

Esta pesquisa se configura como relevante não apenas por buscar compreender a abordagem atual da educação financeira no Paraná, mas também para fornecer *insights* que podem enriquecer o desenvolvimento e o aprimoramento contínuo do currículo, no intento de que os alunos possam receber uma educação financeira abrangente e eficaz. Através dessa análise, esperamos contribuir para o debate sobre as atuais dinâmicas de oferta desse componente e sobre a importância da disciplina na formação educacional dos jovens.

## 2 Metodologia

Na construção deste estudo foi realizada uma revisão documental, que tem como característica “tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escrito ou não, que se constituem o que se domina de fontes primária” (Marconi; Lakatos, 2017, p. 208). Para isso, foram levantados dados nos *sites* da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED).

A busca realizada em agosto de 2023, especificamente no endereço: professor.escoladigital.pr.gov.br/nem resultou na coleta dos seguintes documentos: Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná", "Instrução Normativa Conjunta Nº008/2021" e o "Caderno de Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio". A metodologia adotada para a análise dos documentos coletados baseou-se em uma leitura aprofundada e uma classificação temática (Clarke; Braun, 2017) visando compreender e categorizar os elementos fundamentais relacionados à Educação Financeira no Paraná.

As categorias de análise foram construídas de maneira a refletir aspectos cruciais dos documentos, facilitando a interpretação e a contextualização.

Quadro 1 - Categorias temáticas

Categoria	Descrição
<i>Instruções Normativas</i>	Identificar e compreender os fundamentos normativos que orientam a implementação da Educação Financeira no contexto estadual. Essa categoria busca esclarecer as diretrizes e regulamentações que norteiam a prática pedagógica e a estrutura curricular
<i>Componentes Pedagógicos</i>	Identificar elementos que compõem a abordagem pedagógica presente nos documentos, explorando como os conteúdos são apresentados e organizados para promover a aprendizagem efetiva sobre Educação Financeira.
<i>Objetos de Aprendizagem</i>	compreender os objetivos do conhecimento e conteúdos específicos destinados ao ensino de Educação Financeira explorando como se estrutura a abordagem em sala de aula.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Reforça-se que as categorias são interconectadas, visando orientar a leitura dos documentos para a construção de uma compreensão abrangente não apenas dos princípios e componentes curriculares da Educação Financeira, mas também de sua estruturação e execução na educação do Estado. Trata-se de uma abordagem qualitativa, em que se busca identificar a relações entre os fundamentos normativos, os elementos pedagógicos e os objetos de aprendizagem aplicados para a disciplina de educação financeira.

### **3 Discussão de resultados**

O Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná da SEED (2021) é o guia que direciona a elaboração do currículo do Ensino Médio para todas as redes educacionais do estado, abrangendo escolas privadas, municipais e estaduais. O documento foi dividido em três volumes distintos. O primeiro volume consiste no Texto Introdutório, em que é apresentada uma visão geral do Ensino Médio no estado do Paraná, juntamente com os princípios fundamentais que guiam a abordagem do Novo Ensino Médio. No segundo volume encontra-se a seção referente à Formação Geral Básica, em que são detalhadas as diversas áreas do conhecimento estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular, com destaque para as competências específicas de cada área e a estruturação individual de cada uma, considerando seus componentes curriculares. Por fim, o terceiro volume concentra-se nos Itinerários Formativos, em que são apresentados os princípios de organização dos conteúdos, incluindo o componente curricular conhecido como Projeto de Vida. Adicionalmente, são delineadas opções para trajetórias de aprendizado visando à construção dos Itinerários Formativos de Aprofundamento em cada Área do Conhecimento. Esse volume também contém um guia para a concepção do Itinerário Formativo voltado à Educação Técnica e Profissional (SEED, 2021).

A trilha educativa “Educação Financeira a partir da Matemática”, presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apresenta como um dos obstáculos a serem enfrentados no âmbito do Ensino Médio, no que diz respeito ao aprendizado da disciplina de Matemática, o seguinte:

Buscar proporcionar aos estudantes a percepção de que a Matemática não se limita a um conjunto de regras e técnicas isoladas, mas sim integra-se à nossa cultura e história. Nesse contexto, as competências delineadas para o Ensino Médio assumem um papel primordial, contribuindo para enriquecer e otimizar

a alfabetização matemática dos alunos. Isso é especialmente relevante, considerando que eles avançarão na ampliação e aprofundamento das habilidades estabelecidas no Ensino Fundamental, e, consequentemente, disporão de ferramentas mais abrangentes para a compreensão da realidade e para a formulação de estratégias de intervenção específicas para essa fase do aprendizado (Brasil, 2018, p. 522).

Nesse contexto, é preciso reconhecer a relevância dos desafios presentes no dia a dia como um recurso significativo dentro do ambiente escolar, os quais incidem tanto sobre o processo de aprendizagem quanto sobre a moldagem do percurso do estudante. Contudo, é importante ressaltar que a noção de “cotidiano” transcende meramente as atividades diárias dos alunos, abrangendo também as questões que afetam a comunidade mais ampla e o mundo profissional (Brasil, 2018). O domínio da Matemática, por exemplo, se revela como um instrumento valioso na abordagem desses desafios e na busca por soluções.

De acordo com o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná da SEED, a Trilha de Aprendizagem intitulada “Educação Financeira a partir da Matemática” visa estabelecer uma visão abrangente de desenvolvimento dos alunos, capacitando-os a enfrentar desafios complexos que surgem em seu dia a dia. Esses desafios não se limitam apenas às dinâmicas sociais, políticas e culturais, mas também incluem as complexidades econômicas que impactam diretamente na sua realidade. Assim, o propósito é preparar os estudantes para compreender e lidar com essas situações de maneira informada e habilidosa (SEED, 2021).

No dia 22 de dezembro de 2010, o governo brasileiro estabeleceu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), através do Decreto Federal nº 7379. Este decreto foi substituído pelo Decreto Federal nº 10.393, em 9 de junho de 2020. A ENEF foi criada com o propósito de abordar o tema “Educação Financeira e Previdenciária”, visando promover a conscientização em relação a finanças, seguro, previdência e questões fiscais em todo o país. Além disso, busca fortalecer a cidadania, a eficiência e a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, bem como incentivar a tomada de decisões informadas por parte dos consumidores. O decreto também estabeleceu a criação do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) (Brasil, 2020).

Conforme descrito no Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, fornecido pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), a Trilha de Aprendizagem sobre Educação Financeira a partir da Matemática tem como objetivo primordial cultivar as competências gerais e específicas inerentes à área do conhecimento intitulada Matemática e suas Tecnologias. Paralelamente, essa abordagem busca engajar com os tópicos de estudo do componente

curricular de Matemática, em consonância com a estrutura curricular estabelecida para o Ensino Médio no estado do Paraná. Essa estrutura curricular é organizada através de unidades temáticas que compreendem tópicos como números e álgebra, grandezas e medidas, além do tratamento da informação. Seu propósito é alinhar a educação financeira à disciplina de Matemática, visando aprimorar as capacidades dos alunos tanto em termos gerais quanto em termos específicos nessa área do conhecimento (SEED, 2021).

### **3.1 Instrução Normativa Conjunta Nº 008/2021**

A Instrução Normativa Conjunta estabelece os parâmetros para a matriz curricular do novo modelo de Ensino Médio na rede pública estadual do Paraná, o qual entrou em vigor a partir do ano letivo de 2022. Essa normativa é apresentada por meio do Quadro 1, que fornece detalhes sobre a estrutura curricular a ser implementada.

Quadro 2 – Instrução normativa conjunta

1	A Portaria n.º 521, de 13 de julho de 2021, do Ministério da Educação, estabeleceu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio - NEM. No inciso III, do artigo 4º, consta que “ <b>No ano de 2022: implementação dos referenciais curriculares no 1º ano do Ensino Médio</b> ” (grifos nossos). Nesse sentido, fica evidenciada a implantação gradativa do NEM a partir do ano letivo de 2022.
2	A Lei Federal n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, determinou que “A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, <b>devendo os sistemas de ensino oferecerem, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017</b> ” (grifos nossos). Esse prazo se esgota no ano letivo de 2022.
3	A Deliberação n.º 04, de 29 de julho de 2021, no parágrafo 1º do artigo 1º, diz que “As instituições de ensino devem realizar a <b>implantação gradativa da Proposta Pedagógica Curricular do Ensino Médio</b> em conformidade com esta Deliberação, a partir do ano letivo de 2022” (grifos nossos).
4	Dessa forma, a partir do ano letivo de 2022, as instituições de ensino passarão pelo processo de reformulação e implantação gradativa do Novo Ensino Médio – 2022, 2023 e 2024, respectivamente.
5	A estrutura curricular do Novo Ensino Médio será composta por duas partes indissociáveis: a Formação Geral Básica (FGB) e os Itinerários Formativos (IF).
5.1	A Formação Geral Básica deve contemplar 1.800 horas para atender as Competências e Habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, etapa do Ensino Médio, considerando cada uma das Áreas do Conhecimento e seus respectivos componentes curriculares.
5.2	A organização dos Itinerários Formativos prevista nos sistemas da SEED compreende uma parte obrigatória, denominada de “Parte Flexível Obrigatória - PFO”, e outra eletiva, de escolha dos estudantes. Sendo assim, a PFO é integrante dos Itinerários Formativos, embora, esquematicamente, apresente forma específica por se constituir em uma parte do IF, que possui componentes curriculares complementares obrigatórios.
5.2.1	O componente curricular “Projeto de Vida” deverá estar presente na Parte Flexível Obrigatória – PFO, compondo o itinerário Formativo, uma vez que todos os estudantes deverão cursá-lo. Sua carga horária será computada como Itinerário Formativo.
5.2.2	A carga horária da Parte Flexível Obrigatória - PFO será somada à carga horária do Itinerário Formativo eletivo, não podendo ser contabilizada na Formação Geral Básica – FGB.

5.3	Os Itinerários Formativos (IF) constituem a parte em que os estudantes poderão expressar e realizar escolhas de seu interesse, no que se refere ao seu percurso formativo.
5.4	Os IF integram um conjunto de unidades curriculares que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos, ou para o mundo do trabalho, de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade.
5.5	Serão ofertadas duas possibilidades de Itinerários Formativos:
5.5.2	Itinerário Formativo Integrado de Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais.
5.5.3	Itinerário Formativo Integrado de Matemática e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias.
6	A implantação das novas Matrizes Curriculares do Novo Ensino Médio ocorrerá de forma gradativa. No ano letivo de 2022 serão contempladas as primeiras séries; em 2023, as segundas séries; e em 2024, completando o ciclo, as terceiras séries.
6.1	Os estudantes que ingressaram no Ensino Médio na organização anterior à implementação da reforma, portanto, anterior ao ano letivo de 2022, terão o direito de continuar na organização em que se matricularam inicialmente, desde que obtenham êxito no percurso, caso contrário serão inseridos na nova organização.
7	Na primeira série do Novo Ensino Médio será ofertada a Formação Geral Básica (FGB) e a Parte Flexível Obrigatória (PFO), constituindo 1.000 horas anuais. Dessa forma, os estudantes escolherão os Itinerários Formativos (IF) a partir da segunda série, cursando-os no ano letivo de 2023 e de 2024, conforme demonstram os anexos desta Instrução.
7.1	Para a Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos a organização será diferenciada e normatizada por Instrução própria.
8	Para as instituições da rede pública estadual de ensino, as Matrizes Curriculares do Novo Ensino Médio são específicas em cada modalidade de ensino, cabendo à Secretaria de Estado da Educação e do Esporte - Seed, providenciar a inserção no SAE.
9	Para contemplar a carga horária de 1.000 horas anuais, prevista na legislação para o Novo Ensino Médio, as instituições de ensino da rede pública estadual ofertarão a 6ª aula de 50 minutos para o diurno, em 200 dias letivos nas primeiras séries, a partir do ano letivo de 2022, e, gradativamente, ampliarão essa oferta para as segundas e terceiras séries, respectivamente, nos anos letivos de 2023 e 2024.
9.1	Nas 1ª séries do Novo Ensino Médio, turno da noite, serão ofertadas 05 aulas presenciais diárias de 50 minutos, de 2ª a 6ª feira, acrescidas de 5 horas aula de 50 minutos com atividades não presenciais, totalizando 30 aulas na semana e 1.000 horas anuais, conforme prevê a Deliberação n.º 04/2021 – CP/CEE-PR.
9.2	O contido no item 9.1 se dará na forma de complementação de carga horária, a ser efetivada aos sábados, pela manhã, para os professores, na instituição de ensino, a ser orientada pela DEDUC/SEED.
9.3	As atividades não presenciais, referentes às 5 horas aula, se darão pela realização e entrega de atividades, com registro de frequência remota. Nesse sentido, a presença física dos estudantes na instituição de ensino, aos sábados, será facultativa. Essa situação encontra respaldo no artigo 28 da Deliberação n.º 04/2021 – CP/CEE-PR.
9.4	Aos estudantes da primeira série do Novo Ensino Médio que comparecerem aos sábados, na instituição de ensino, deverá ser atribuída frequência, com registro dessas datas, conforme previsto no Calendário Escolar.
10	As Matrizes Curriculares integram a Proposta Pedagógica Curricular do Projeto Político- Pedagógico, portanto, as adequações poderão ocorrer paulatinamente e seguir os prazos determinados na Deliberação n.º 04/2021 – CEE/PR.
11	A carga horária do Ensino Médio em Tempo Integral deverá ser de 9 aulas de 50 minutos por dia, totalizando 7 horas e 30 minutos diárias, sendo sua composição conforme Anexos XIII e XIV desta Instrução. Os estudantes terão 1 hora de almoço e dois intervalos de 15 minutos, um pela manhã e outro à tarde, permanecendo 9 horas diárias na instituição de ensino.
12	Os Colégios da Polícia Militar deverão apresentar, à Seed, proposição de Matriz Curricular mediante a estrutura disponibilizada à rede pública estadual de ensino. Portanto, a presente Instrução não se aplica a essas instituições de ensino, mas elas deverão seguir a forma da Matriz Curricular aqui apresentada.
13	As instituições de ensino que ofertarão o Novo Ensino Médio deverão seguir o Calendário Escolar definido pela Seed, cumprindo a carga horária anual, conforme a legislação vigente, com, no mínimo, 200 dias letivos e 1.000 horas anuais, a partir do ano letivo de 2022.

14	Caberá aos Núcleos Regionais de Educação – NRE orientar e acompanhar as instituições de ensino da rede pública estadual na implementação das Matrizes Curriculares, conforme apresentadas nos anexos desta Instrução. Pelos motivos já explicitados no item 9, a parte do Ensino Médio (item 02 do Anexo Único), da <b>Instrução Normativa Conjunta nº 002/2021 - DEDUC/DPGE</b> , que dispõe sobre Matriz Curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio dos Colégios Cívico-Militares e das Escolas Cívico Militares da rede pública estadual de ensino do Paraná para o ano letivo de 2021; a <b>Instrução Normativa Conjunta nº 010/2020 - DEDUC/DPGE</b> , que dispõe sobre a Matriz Curricular do Ensino Médio das escolas do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, da rede pública estadual de educação do Paraná, com carga horária anual de 1.000 (mil) horas, a partir do ano letivo de 2021, assim como a <b>Instrução Normativa Conjunta n.º 011/2020 - DEDUC/DPGE/SEED</b> , que dispõe sobre Matriz Curricular do Ensino Médio na rede pública estadual de ensino do Paraná, continuarão em vigência para as segundas e terceiras séries do Novo Ensino Médio, no ano letivo de 2022, e para as terceiras séries, no ano letivo de 2023, ficando revogadas por completo após esse período.
15	Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Educação e Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023), adaptado da SEED (2021).

Assim, podemos observar que a Instrução Normativa Conjunta Nº 008/2021 da SEED traça os alicerces que moldam a matriz curricular do inovador modelo de Ensino Médio na rede pública estadual do Paraná, que entrou em vigor no ano letivo de 2022 (SEED, 2021). Essa orientação se desdobra de maneira concreta através parâmetros que detalham os elementos essenciais da estrutura curricular a ser adotada, conforme o Quadro 1.

No cenário educacional contemporâneo, a busca por uma formação que esteja alinhada com as demandas da sociedade e do mercado de trabalho tem impulsionado reformas e inovações no campo da educação brasileira. Nesse contexto, a proposta do “Novo Ensino Médio em Tempo Integral”, tem por intuito transformar a maneira como os estudantes vivenciam essa etapa crucial de sua jornada acadêmica e um dos recursos propostos tem sido a interdisciplinaridade. Como exemplo, temos o enlace entre Matemática e Ciências da Natureza, que pode não apenas enriquecer o aprendizado dos estudantes, como também prepará-los de maneira mais abrangente para os desafios complexos que enfrentarão. Nesse sentido, a matriz curricular enfatiza a relevância de uma educação completa e integrada para a conquista dos alunos.

### 3.2 Caderno de Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio

De acordo com o MEC, os itinerários formativos são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no Ensino Médio. Os itinerários formativos podem se aprofundar em uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), na formação técnica e

profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP. O MEC afirma, ainda, que as redes de ensino terão autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar.

Dito isto, o Caderno de Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio fornecido pela SEED desempenha um papel orientador na condução da prática educacional no que diz respeito às Unidades Curriculares que constituem tanto a Parte Flexível Obrigatória (PFO) quanto a Parte Flexível (PF) do Currículo do Novo Ensino Médio do Paraná. Essa estrutura de oferta educacional é fundamentada na Lei Federal nº 13.415, datada de 13 de fevereiro de 2017, e que, em conjunto com a Resolução nº 03 de 21 de novembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP), e com a Deliberação nº 04 de 26 de julho de 2021, emitida pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/CP), estabelece um formato curricular que engloba duas partes intrinsecamente ligadas: a Formação Geral Básica (FGB) e os Itinerários Formativos (IF) (SEED, 2023). Esse arcabouço normativo reflete uma abordagem educacional inovadora, que visa proporcionar uma educação mais abrangente e personalizada, alinhada com as necessidades e demandas dos alunos no século XXI.

Conforme o Caderno Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio da SEED, a Rede Pública de Educação optou por implementar Itinerários Formativos Integrados, que serão distribuídos ao longo do percurso acadêmico. Nesse âmbito, os Itinerários Formativos serão compreendidos por um total de 200 horas na 1<sup>a</sup> série, 400 horas na 2<sup>a</sup> série e 600 horas na 3<sup>a</sup> série, no intuito de proporcionar uma abordagem educacional mais ampla e integrada. À luz dessa proposta, em 2023, houve o início da implementação da 2<sup>a</sup> série do Novo Ensino Médio. Com isso, a carga horária da disciplina de educação financeira ficou distribuída em 2 aulas semanais para cada série (1º, 2º e 3º anos), cujo planejamento de aulas encontra-se disponível no Caderno Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio da SEED, sendo organizado de maneira trimestral para cada série do 1º, 2º e 3º ano. Esse plano detalha os conteúdos específicos da disciplina de educação financeira, proporcionando uma estrutura clara para orientar o processo de ensino e aprendizagem. O Quadro 2 apresenta as Habilidades elencadas pela SEED.

Quadro 3 - Quadro de Habilidades dos Eixos

EIXO	DESCRIÇÃO DA HABILIDADE DO EIXO
------	---------------------------------

<b>INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA</b>	<p><b>(EMIFCG01)</b> Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p><b>(EMIFCG02)</b> Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.</p> <p><b>(EMIFCG03)</b> Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.</p>
<b>PROCESSOS CRIATIVOS</b>	<p><b>(EMIFCG04)</b> Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p><b>(EMIFCG05)</b> Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p> <p><b>(EMIFCG06)</b> Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos.</p>
<b>MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL</b>	<p><b>(EMIFCG07)</b> Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p><b>(EMIFCG08)</b> Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.</p> <p><b>(EMIFCG09)</b> Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.</p>
<b>EMPREENDEDORISMO</b>	<p><b>(EMIFCG10)</b> Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.</p> <p><b>(EMIFCG11)</b> Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p> <p><b>(EMIFCG12)</b> Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p>

--	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2023), adaptado da SEED (2023).

Com o Quadro 2 é possível perceber a separação dos eixos, facilitando a organização e a visualização das abordagens. Deste modo, são propostos 4 eixos: o de investigação científica, o de processos criativos, o de mediação e intervenção sociocultural, e o de empreendedorismo. É preciso compreender que os eixos têm como função:

(...) integrar e integralizar os diferentes arranjos de Itinerários Formativos, bem como criar oportunidades para que os estudantes vivenciem experiências educativas profundamente associadas à realidade contemporânea, que promovam a sua formação pessoal, profissional e cidadã. Para tanto, buscam envolvê-los em situações de aprendizagem que os permitam produzir conhecimentos, criar, intervir na realidade e empreender projetos presentes e futuros (Brasil, 2018, s.p.).

Desse modo, pode-se entender que os eixos orientam a construção de percursos pedagógicos mais fluidos, que contenham a utilização de metodologias ativas e vivências educativas mais práticas, articulando os objetos do conhecimento com temas contemporâneos e promovendo o desenvolvimento de competências diretamente relacionadas aos desafios do século XXI.

Cada um dos eixos do NEM possui finalidades e objetivos específicos. Como o presente estudo tem como foco a educação financeira, para facilitar a compreensão, o Quadro 3 apresenta a divisão dos eixos e habilidades, especificando os objetivos de aprendizagem, objetivos do conhecimento e conteúdo, organizados de acordo com as séries do Ensino Médio:

Quadro 4 – Objetivos de Aprendizagem e Conhecimento de acordo com os eixos de habilidade – educação financeira 1º Série do Ensino Médio

Referência da Habilidade	Objetivos de Aprendizagem	Objetos do Conhecimento	Conteúdos
<b>EMIFCG06</b>	Reconhecer a necessidade da educação	A educação financeira	A importância da educação

	financeira e suas implicações nas decisões de consumo.		Financeira e suas aplicações.
<b>EMIFCG02</b>	Conhecer as diferentes fontes de renda (fixas e variáveis).	Organização e planejamento financeiro	Diferentes fontes de renda. Receitas (fixas).
	Compreender o processo de gestão financeira e organização de orçamento individual e familiar. Elaborar orçamento financeiro para realizar análise de receitas e despesas. Decidir a melhor hora e a melhor forma de adquirir um bem, considerando a forma de pagamento.	Origem e destino do dinheiro.	Aumentando a minha renda (receitas variáveis). Despesas. Despesas fixas e variáveis. Análise de gastos (para onde está indo o meu dinheiro). Relação receitas e despesas. Gestão Financeira (planilhas e listas). Orçamento individual. Orçamento familiar. “Enxugando” as despesas. Provisões: preparando-se para imprevistos. Pagar à vista ou a prazo?
<b>EMIFCG05 EMIFCG09</b>	Compreender ativos e passivos para aplicar na gestão de recursos financeiros. Conhecer e compreender os tipos de investimentos (poupança, bolsa de valores, Tesouro Direto, CDB etc.) e as taxas envolvidas. Decidir a melhor forma de investimento para o seu perfil de empreendedor, compreendendo as especificidades do mercado. Conhecer o programa Nota Paraná e analisar seus benefícios individuais e coletivos.	Aumento da renda	Ativos e Passivos. Investimentos. Tipos de investimentos. Risco e retorno. Como reverter impostos (Nota Paraná). Poupança. Taxas de captação.
<b>EMIFCG05 EMIFCG11</b>	Analizar situações de contratação e implicações futuras na realização de empréstimos e financiamentos. Conhecer e analisar os produtos e serviços bancários disponíveis e suas respectivas taxas de juros. Conhecer a função do Sistema de Proteção de Crédito (SPC). Aplicar o planejamento financeiro de modo a evitar o endividamento.	Endividamento	O endividamento. Como sair do endividamento? Empréstimo. Negociando as dívidas. Diferentes formas de empréstimos (pessoal, bancário e empresas). Taxas de juros. Uso do crédito. Produtos bancários. Serviço de Proteção ao Crédito.
<b>EMIFCG07 EMIFCG02</b>	Identificar os padrões comportamentais relacionados ao consumo para adotar atitudes positivas como consumidor. Diferenciar consumo e consumismo. Identificar e compreender as formas de crédito disponíveis ao consumidor. Compreender e analisar juros simples e juros compostos para tomada de decisão em situações diversas. Conhecer os direitos do consumidor e sua aplicação em situações cotidianas. Implementar a prática do consumo	Planejamento de gastos e endividamento	Análise e relação com o planejamento: o que me faz gastar? Cartão de crédito: mocinho ou vilão? Taxas de juros - simples e compostos. Melhor comprar à vista ou parcelar? A importância de comparar os preços. Ir ao mercado com fome: comportamentos positivos e negativos na hora das compras. Necessidade x Desejo. Comprar por impulso. Eu quero, mas eu preciso? Cuidado com as promoções. Armadilhas de consumo. É meu direito: Código de Defesa

	consciente.		do Consumidor e PROCON.
<b>EMIFCG10 EMIFCG11</b>	Conhecer as características que constituem o perfil de um empreendedor. Compreender os processos relacionados ao ato de empreender e a necessidade de planejamento. Reconhecer como o plano de negócios organiza o início ou a ampliação de um empreendimento. Utilizar ideias de empreendedorismo para simulação da implantação de um empreendimento.	Empreendedorismo	Perfil empreendedor. Agregando valor a um produto. Plano de negócio.
<b>EMIFCG12</b>	Reconhecer como o planejamento financeiro ajuda a realizar projetos pessoais ou coletivos.	Concretização de metas de consumo.	Aquisição de um bem. Financiamento: quando fazer? Viagem em família.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023), adaptado da SEED (2023).

Quadro 5 – Objetivos de Aprendizagem e Conhecimento de acordo com os eixos de habilidade – educação financeira 2º Série do Ensino Médio

Referência da Habilidade	Objetivos de Aprendizagem	Objetos do Conhecimento	Conteúdos
<b>EMIFCG07</b>	Utilizar a educação financeira como uma ferramenta de planejamento para um consumo consciente.	A educação financeira	Por que a educação financeira na escola? (retomada).
<b>EMIFCG01</b>	Conhecer a história da moeda brasileira (Real), analisando os fatores que interferem na valorização e desvalorização de uma moeda. Compreender a relação entre as moedas dos países e as conversões de câmbio. Conhecer as diferenças entre importação e exportação e sua influência na economia nacional. Analizar os fatores de risco envolvidos em compras no exterior e as diversas taxas de importação.	O dinheiro: Real, Dólar e o Euro.	A história do dinheiro no Brasil. A história da inflação. O Real. A inflação e o poder de compra. As principais moedas dos outros países. Câmbio e conversão. Taxas de Câmbio. Exportação e importação: o que influencia na minha vida financeira. Compras no exterior ( <i>sites</i> ).
<b>EMIFCG07 EMIFCG09</b>	Conhecer os tipos de tributos praticados no Brasil, a forma de arrecadação e sua destinação para a sociedade. Compreender a organização política do Brasil através dos três poderes e suas atribuições na gestão pública. Conhecer a destinação dos tributos e o impacto da sonegação fiscal para a sociedade. Conhecer o que são contas públicas e como acompanhar a sua fiscalização. Identificar as pequenas corrupções cotidianas. Auxiliar no combate à corrupção, fiscalizando as contas públicas.	Administração dos recursos públicos.	Noções de tributação brasileira. Destinação de tributos. Recolhimento de tributos (nota fiscal). Bens e serviços públicos essenciais. Gestão pública (presidente, governador, prefeito e legislativo). Orçamento público. Acompanhando as contas públicas. Corrupção e suas consequências. Canais de denúncia. Corrupto, eu?

EMIFCG07	<p>Compreender os conceitos de Balança Comercial, déficit e superávit, relacionando-os com o volume de importação e exportação.</p> <p>Identificar as consequências da gestão financeira nacional no cotidiano da população.</p> <p>Relacionar e conhecer a influência da política externa na ampliação das relações comerciais internacionais do Brasil e o que isso afeta no seu cotidiano.</p>	Economia Nacional e Internacional	<p>Balança Comercial. Mercado Nacional e as principais características.</p> <p>Importação e exportação nacional. Déficit e Superávit.</p> <p>O reflexo da economia na vida cotidiana. Crise Financeira: o que muda para mim? (inflação).</p> <p>Valorização dos produtos nacionais. Importação e impacto na economia. Relações internacionais: o que a economia dos outros influencia aqui.</p>
EMIFCG01 EMIFCG11	<p>Compreender os conceitos básicos do mercado financeiro para diferenciar investimentos de renda fixa e renda variável.</p> <p>Compreender os diferentes tipos de aplicações financeiras por meio de sites e aplicativos de corretoras de investimentos.</p> <p>Reconhecer e analisar os riscos envolvidos em diferentes tipos de investimentos e gerenciá-los conforme o perfil do investidor.</p> <p>Conhecer e experimentar os mecanismos envolvidos nas operações com ações e fundos de investimentos.</p> <p>Conhecer o mercado cripto e suas tendências em inovações tecnológicas descentralizadas. Negociar ativos de forma crítica e responsável.</p>	Faça o dinheiro trabalhar por você.	<p>Ativos e Passivos.</p> <p>Mercado Financeiro e investimentos. Renda fixa/variável e perfil do investidor. Taxa Selic e Taxa CDI.</p> <p>CDB, RDB, LCI e LCA.</p> <p>Tesouro Direto.</p> <p>O investimento certo para cada necessidade.</p> <p>O Mercado de Ações e suas oscilações. Investindo em ações. Dividendos.</p> <p>Bolsas, índices e tributos.</p> <p>Carteira de investimento.</p> <p>Análise fundamentalista das ações de uma empresa.</p> <p>Fundos de Investimento. Taxa mínima de atratividade.</p> <p>Custo de capital e custo de oportunidade. Investindo em imóveis.</p> <p>Blockchain e criptomoedas.</p> <p>Mercado cripto.</p> <p>Negociação x volatilidade de criptomoedas.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2023), adaptado da SEED (2023).

Quadro 6 – Objetivos de Aprendizagem e Conhecimento de acordo com os eixos de habilidade – educação financeira 3ª Série do Ensino Médio

Referência da Habilidade	Objetivos de Aprendizagem	Objetos do Conhecimento	Conteúdos
EMIFCG12	Compreender como a educação financeira impacta a vida das pessoas individual e coletivamente.	A educação financeira	Retomada da importância da educação financeira (nivelamento).

<b>EMIFCG01</b> <b>EMIFCG07</b>	<p>Diferenciar receita e despesa e elaborar uma planilha de gestão dos recursos com ou sem o uso tecnologias.</p> <p>Planejar o uso do saldo positivo do seu orçamento, considerando as diversas possibilidades de investimento e aplicações.</p> <p>Conhecer e avaliar os diferentes meios de realizar grandes sonhos (aquisição de bens, investimento em formação profissional, viagens etc.).</p>	Controle de receitas e despesas	<p>Gerenciamento de receitas e despesas. Relação receitas x despesas – o uso de planilhas.</p> <p>Orçamento superavitário ou deficitário. Comprando um bem: carro e casa.</p> <p>Crédito rural.</p>
<b>EMIFCG11</b> <b>EMIFCG12</b>	<p>Conhecer aptidões individuais, inclinações profissionais e aplicá-las no desenvolvimento do seu projeto de vida.</p> <p>Elaborar um currículo e compreender como se preparar para um processo seletivo profissional.</p> <p>Entender os lançamentos na folha de pagamento.</p> <p>Compreender a declaração anual de imposto de renda.</p> <p>Entender e diferenciar os sistemas de previdência existentes para planejar a aposentadoria.</p> <p>Aplicar os cálculos e valores envolvidos em um processo de demissão.</p> <p>Conhecer estratégias para superar o desemprego e realocar-se no mercado de trabalho.</p>	O mundo do trabalho	<p>Profissões do futuro.</p> <p>Projeto de vida: o que eu quero para minha vida?</p> <p>Um emprego x meu sonho.</p> <p>Estilo de vida x emprego.</p> <p>Possibilidades de estágio.</p> <p>Currículo.</p> <p>Entrevista de emprego (dicas e simulações).</p> <p>Carteira de trabalho.</p> <p>Meu primeiro salário: entendendo os cálculos e os descontos.</p> <p>Salário-mínimo. Imposto de renda.</p> <p>Previdência Social e Previdência privada.</p> <p>Desvendando a aposentadoria.</p> <p>Reforma da previdência.</p> <p>FGTS.</p> <p>Demissão.</p> <p>Desenvolvendo habilidades para superar o desemprego.</p> <p>Aperfeiçoamento profissional.</p> <p>Jogos empresariais.</p> <p>O sonho da universidade.</p>
<b>EMIFCG10</b> <b>EMIFCG11</b>	<p>Identificar seu perfil de empreendedor.</p> <p>Conhecer perfis empreendedores de sucesso.</p> <p>Diferenciar empreendedorismo de intraempreendedorismo.</p> <p>Conhecer o SEBRAE e sua forma de atuação.</p>	Empreender	<p>Negócio próprio. Perfil empreendedor.</p> <p>Atribuições do empreendedor.</p> <p>Empreendedorismo Intraempreendedorismo.</p> <p>Aperfeiçoamento de competências e habilidades do empreendedor (SEBRAE).</p>
<b>EMIFCG11</b>	<p>Identificar as etapas necessárias para abrir um negócio.</p> <p>Conhecer ferramentas que facilitam a abertura de um negócio.</p> <p>Aplicar metodologias que garantam a manutenção e funcionamento de um negócio.</p>	Abertura de um negócio: estrutura e funcionamento.	<p>Planejamento. Execução.</p> <p>Recursos. Manutenção.</p>

<b>EMIFCG05 EMIFCG11</b>	Identificar características de uma cooperativa. Diferenciar modelos de cooperativas de crédito de instituições bancárias. Classificar cooperativas de acordo com seu ramo de atuação. Compreender como se estrutura e organiza uma associação. Simular a criação de uma associação.	O Cooperativismo. Empreendimento. Cooperativa de crédito.	Retomada do empreendedorismo com foco no cooperativismo. As cooperativas. Cooperativa de crédito e instituições bancárias. Cooperativas de produção. Associativismo. Estrutura e organização.
<b>EMIFCG01 EMIFCG07</b>	Identificar os princípios da Economia. Entender a Economia no Brasil. Diferenciar tipos de gestões econômicas. Aplicar conceitos de economia na gestão.	Princípios de economia.	O que é economia? Economia Brasileira e o valor agregado em commodities. Gestão econômica. Gestão de investimentos. Gestão de riscos.

Fonte: Elaborado pelos autoreas (2023), adaptado da SEED (2023).

Os quadros acima oferecem um resumo conciso dos conteúdos a serem abordados em sala de aula na disciplina ora tratada. Eles proporcionam uma visão panorâmica dos tópicos e conceitos que serão explorados ao longo do período letivo.

É possível perceber, a partir da divisão dos conteúdos relacionados nos quadros, que a educação financeira, como disciplina, tem no primeiro ano do Ensino Médio uma ênfase maior para a conceituação da importância da administração das finanças pessoais, e principalmente, em temas como o endividamento, planejamento de gastos e aumento de renda. Nesse âmbito, o Quadro 4 auxilia visualizar como a questão do consumo perpassa os objetivos de Aprendizagem, Objetos do Conhecimento e Conteúdos a serem discutidos durante o primeiro ano.

Observa-se que a educação financeira visa fornecer aos estudantes a compreensão sobre a gestão do orçamento e planejamento financeiro, focando em uma administração individual desses tópicos. Nesse sentido, a proposta de conteúdo se alinha com as observações de Santos e Pessoa (2019) de que a educação financeira pode ser incorporada nas discussões de diversas disciplinas escolares, integrando elementos de diversas disciplinas, mas que, ao mesmo tempo, se relaciona mais diretamente com a matemática, uma vez que, segundo as autoras, discussões propiciadas pela matemática podem auxiliar as pessoas não serem ludibriados por apelos consumistas.

Entretanto, a proposta de conteúdo dependerá da qualificação dos professores. Conforme apontam Queiroz, Coutinho e Teixeira (2015), o ensino efetivo da educação financeira requer professores familiarizados com os conceitos financeiros, indo além de uma formação em matemática, porque exigem um letramento específico. A necessidade de formação apropriada para os professores é reforçada por Santos e Pessoa (2019), que frisam a relevância de um ensino crítico da matemática como um todo e, mais especificamente, da educação

financeira.

Essa necessidade de capacitação profissional pode ser visualizada para o conteúdo dos três anos (sistematizados nos Quadros 4, 5 e 6), mas tornam-se mais evidente em uma análise dos objetivos e temas a serem trabalhados para o segundo ano do Ensino Médio (Quadro 5). O conteúdo e os objetivos de aprendizagem preveem sobre a abordagem das principais moedas mundiais, finanças públicas, as economias nacional e internacional, e busca proporcionar aos alunos e alunas uma compreensão sobre a economia de uma forma geral, cujo objetivo seria o de que o/a estudante possa vir a identificar o impacto das oscilações da economia em sua vida financeira e cotidiana. Entretanto, uma compreensão aprofundada desse conteúdo exigiria um passo além de uma contextualização da economia mundial: o reconhecimento histórico e social do capitalismo, seus desenvolvimentos e, ainda, suas crises.

Assim, na análise do conteúdo do segundo ano, nota-se a necessidade de uma maior profundidade interpretativa de fenômenos sociais complexos, de forma que sejam conectados os objetivos de aprendizagem às questões estruturais e estruturantes da sociedade. Por exemplo, os objetivos de aprendizagem ligados ao mercado financeiro, investimento e inovações tecnológicas descentralizadas carecem de uma fundamentação sobre tais processos socioeconômicos.

Como apontam Antunes e Praun (2015), após um período de crescimento econômico no pós-guerra, os anos 1970 testemunharam estagnação e crise, evidenciadas pela crise de acumulação taylorista e fordista. Em resposta, nas décadas de 1980 em diante, no mundo capitalista, medidas foram implementadas para redesenhar a divisão internacional do trabalho, resultando em uma redução do proletariado industrial nos países de capitalismo avançado. No Brasil, na década de 1990, as transformações foram intensas, marcadas por uma reestruturação produtiva, flexibilização, informalidade e precarização das condições de trabalho. A implantação de programas de qualidade total e sistemas *just-in-time* contribuiu para essas mudanças.

As referidas mudanças na estrutura do trabalho possuem uma relação com o que se convencionou chamar de capitalismo financeiro, pois estão associadas à ascensão do capital financeiro como elemento central na dinâmica econômica. Esse fenômeno é caracterizado pelo predomínio das atividades financeiras na alocação de recursos e na geração de lucros, influenciando diretamente as relações de trabalho e contribuindo para a configuração de um modelo econômico mais orientado pelo setor financeiro.

Por fim, observa-se que no terceiro ano do Ensino Médio (Quadro 6), a ênfase recai na

educação financeira voltada para aspectos práticos, destacando elementos do empreendedorismo, como receitas e despesas, abertura de negócios e funcionamento de cooperativas. Com isso, há, de certo modo, uma preparação do estudante para o mundo do trabalho, e uma apresentação inicial aos conceitos básicos de empreendedorismo.

No entanto, mais uma vez, essa preparação está desconectada de uma discussão estrutural sobre o significado do empreendedorismo nas recentes transformações do mundo do trabalho. A ênfase no individual e no empreendedorismo se relaciona com o que autores como Antunes (2020) denominam de “precarização estrutural do trabalho”, caracterizada por uma transformação na natureza e nas condições do emprego em que se evidencia uma transição de formas tradicionais de trabalho assalariado, com carteira assinada, para modalidades mais desregulamentadas, como o trabalho informal, terceirizado e em tempo parcial (Antunes, 2020). Observa-se, assim, que o conteúdo voltado ao último ano do Ensino Médio se relaciona com o fenômeno da erosão do emprego estável, flexibilização das leis trabalhistas e na ascensão de práticas como o empreendedorismo e autoemprego.

Essas considerações alinhgam-se com as reflexões de Cunha (2020) sobre a implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil, destacando a interação simbiótica entre instituições públicas e do mercado financeiro, bem como a inserção dessa estratégia em uma rede transnacional, que promove a educação financeira em diversos países, demonstrando que essas características favorecem a introdução de conteúdos e valores no contexto escolar cujos objetivos pedagógicos estão vinculados a um projeto de sociedade pouco claro e não discutido pelos diversos atores sociais envolvidos.

Autores como Cordeiro *et al.* (2018), ao analisarem livros didáticos e provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sobre o tema da educação financeira, identificam um papel significativo nesta disciplina escolar para a construção de gerações futuras mais responsáveis em relação às finanças. Segundo esses autores, a inclusão da educação financeira nas escolas capacitaria os alunos a compreenderem e aplicarem conceitos financeiros no dia a dia, incluindo a compreensão das finanças familiares e nacionais. Cordeiro *et al.* (2018) ressaltam ainda que a educação financeira não deve se limitar à álgebra das operações, sendo necessário englobar conhecimentos amplos sobre o manuseio e a preservação do dinheiro e conscientizar sobre poupança, orçamento, comparação de investimentos e práticas financeiras saudáveis.

## **Considerações Finais**

Neste artigo procuramos identificar e analisar os princípios e componentes essenciais presentes nos documentos estaduais que moldam o currículo de Educação Financeira na Educação Básica do Paraná. O objetivo foi compreender os elementos curriculares e os documentos que delineiam a educação financeira no contexto educacional do estado.

Com isso, podemos observar que a análise dos principais componentes da disciplina de educação financeira proposta pelo Itinerário Informativo da SEED – PR nos leva a dois caminhos. Por um lado, observamos a relevância de seu conteúdo na formação dos estudantes, preparando-os para a vida financeira e a administração de suas finanças pessoais. Por outro lado, devemos nos atentar para a ausência de um conteúdo crítico que aborde como os problemas financeiros decorrem da estrutura do capitalismo tardio e de uma sociedade marcada por desigualdades estruturais, como é o caso da sociedade brasileira.

Nesse sentido, reconhecemos que o conteúdo oferecido pode contribuir para a melhoria das condições de vida em uma esfera individual, como no caso da compreensão do funcionamento do sistema bancário para evitar o endividamento. No entanto, essa disciplina também pode, inadvertidamente, reforçar a eficiência e a funcionalidade dos indivíduos dentro desse sistema, sem promover questionamentos sobre a estrutura social em que estão inseridos. A ênfase do conteúdo em questões como empreendedorismo e na individualização dos temas reforça uma noção de cidadania menos reivindicativa em relação a direitos e soluções políticas e sociais, e invisibiliza a responsabilidade coletiva na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, especialmente para aqueles mais vulneráveis economicamente.

## Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital: o novo proletariado de serviços na era digital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, p. 407-427, 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cidadania financeira? Definição, papel dos atores e possíveis ações.** 2018. Online. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniasfinanceira/documentos\\_cidadania/Informacoes\\_gerais/conceito\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniasfinanceira/documentos_cidadania/Informacoes_gerais/conceito_cidadania_financeira.pdf). Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. Decreto n. 10.393, de 09 de junho de 2020. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEP, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências.** Brasília, DR: Presidência da República, [2020]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10). Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 1.432, de 28 de dezembro de 2018.** Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/\\_asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199](https://www.in.gov.br/materia/_asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199). Acesso em: 26 ago. 2023.

CASSIO, F.; GOULART, D. C. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Retratos Da Escola**, v. 16, n. 35, p. 285–293, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CLARKE, V.; BRAUN, V. Thematic analysis. **The journal of positive psychology**, v. 12, n. 3, p. 297-298, 2017.

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G.V.; SILVA, M. N. Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 69–84, 2018.

CRIDDLE, E. **Literacia Financeira:** Metas e valores, não apenas números. **Nova Iorque**: Alliance, 2006.

CUNHA, M. P. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 41, n. 2, p. 12-23, 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Editora: Atlas, 2017.

OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies**. OECD, 2005. Disponível em: <http://www.browse.oecdbookshop.org/oecd/pdfs/product/2105101e.pdf>. Acesso em outubro de 2011.

QUEIROZ, C. de; COUTINHO, S.; TEIXEIRA, J. Letramento Financeiro: um diagnóstico de saberes docentes. **Revista Eletrônica de Educação Matemática**, v. 10, n. 2, p. 01-22, 2015.

SANTOS, L. T. B.; PESSOA, C. A. dos S. Educação financeira: analisando, à luz da educação matemática crítica, sugestões ao professor presentes em livros didáticos de matemática dos anos iniciais do ensino fundamental. **Ensino da Matemática em Debate**, v. 6, n. 3, p. 150-173, 2019.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, out. 2007. Disponível em: <[6-2007 4a prova.pmd](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_prova&pid=S0034-11492007000400001&lng=pt&format=pdf&idart=10101) (scielo.br)>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SEED - Secretaria Estadual de Educação. **Caderno de Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio**. Paraná: Secretaria de Educação e Esporte do Estado, 2023.

SEED - Secretaria Estadual de Educação. **Instrução Normativa Conjunta Nº008/2021**.

Paraná: Secretaria de Educação e Esporte do Estado, 2023.

SEED - Secretaria Estadual de Educação. **Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná.** V.3. Paraná: Secretaria de Educação e Esporte do Estado, 2021.

SILVA, K. C. J. R.; BOUTIN, A. C. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. **Educação**, v. 43, n. 3, p. 521-534, 2018.

ZAT, S. L. **A educação financeira no ensino médio da escola em tempo integral do Paraná.** 2022. 153f. Dissertação (Mestrado em Matemática em Rede Nacional). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2022.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.